

SUMÁRIO

TOMO 1 - Doutrina Essencial

DIREITO ADMINISTRATIVO

Roberto Baldacci

FUNÇÃO ADMINISTRATIVA 33

1. Evolução histórica 33
 - 1.1. Patrimonialismo 33
 - 1.2. Burocracia ou período burocrático 33
 - 1.3. Gerencialismo/nova gestão/new public management 33
2. Elementos Constitutivos 34
 - 2.1. Elemento objetivo (o que) 34
 - 2.2. Elemento subjetivo (quem) 34
 - 2.3. Elemento formal (como) 34

REGIME JURÍDICO 35

1. Regime Jurídico 35
 - 1.1. Regime Privado 35
 - 1.2. Regime Público 35
2. Regime Jurídico da Administração 35
 - 2.1 Administração de Regime Público 35
 - 2.2. Administração de Regime Privado 35
3. Regime Jurídico Administrativo 35

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO 36

1. Noção básica 36
2. Fundamento 36
3. Reflexos 36
4. Princípios 36
 - 4.1. Princípios expressos 37
 - 4.1.1. Princípio da legalidade 37
 - 4.1.2. Princípio da impessoalidade 37
 - 4.1.3. Princípio da moralidade 38
 - 4.1.4. Princípio da publicidade 38
 - 4.1.5. Princípio da eficiência 39
 - 4.2. Princípios implícitos 39
 - 4.2.1. Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular 39
 - 4.2.2. Princípio da autotutela 39
 - 4.2.3. Princípio da motivação 40
 - 4.2.4. Princípio da razoabilidade 41
 - 4.2.5. Princípio da segurança jurídica 41

ATO ADMINISTRATIVO 42

1. Ato administrativo 42
 - 1.1. Fato Jurídico X Ato Jurídico 42
 - 1.2. Conceito de Ato Administrativo 42
 - 1.3. Atos privados 42
 - 1.4. Atos públicos administrativos 43
 - 1.5. Pressupostos dos atos administrativos 43
 - 1.5.1. Competência (ou sujeito) 43
 - 1.5.2. Finalidade 43
 - 1.5.3. Forma 43
 - 1.5.4. Motivo 43
 - 1.5.5. Objeto 44
 - 1.6. Vinculação X Discricionariedade 45
 - 1.7. Perfeição, validade e eficácia 45
 - 1.8. Efeitos dos atos administrativos 46
 - 1.8.1. Efeito prodrômico processual 46
 - 1.8.2. Efeito prodrômico do processo administrativo 47
 - 1.9. Controle sobre atos administrativos 47
 - 1.9.1. Controle exercido pelo Poder Judiciário 48
 - 1.9.2. Controle exercido pela própria Administração (autotutela) 48
 - 1.9.3. Objeto do controle 48
 - 1.9.4. Resultados ou efeitos 48
 - 1.9.5. Controle sobre atos vinculados 48
 - 1.9.6. Controle sobre atos discricionários 48
 - 1.9.6.1. Perda do mérito 49
 - 1.9.6.2. Invalidação dos fundamentos substantivos do mérito 49
 - 1.9.6.3. Teoria dos Motivos Determinantes dos atos 49
2. Extinção dos atos administrativos 49

PODERES ADMINISTRATIVOS 50

1. Poder hierárquico 50
 - 1.1. Relação de hierarquia 51
 - 1.2. Relação de subordinação 51
2. Poder disciplinar 51
3. Poder de polícia 52
 - 3.1. Atributos do Poder de Polícia 53

3.1.1. Autoexecutoriedade	53
3.1.2. Imperatividade ou relação extroversa	53
3.1.3. Discricionariedade	53
3.1.4. Coercitividade	53
4. Poder regulamentar	54
4.1. Espécies de regulamentos	54
5. Poderes Administrativos Contemporâneos	54
5.1. Poder de Autotutela	54
5.2. Poder de império ou extroverso	54
5.3. Poder discricionário	54
5.4. Poder vinculado	55

ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRO SETOR 55

1. Características genéricas	55
2. Administração direta	55
2.1. Teoria do órgão	55
2.1.1. Impessoalidade	56
2.1.2. Ausência de personalidade jurídica	56
2.2. Tribunais de Contas	57
2.2.1. Força dos pareceres dos Tribunais de Contas	58
2.2.2. Lei de Responsabilidade Fiscal	58
3. Administração Indireta	58
3.1. Autarquias:	59
3.1.1. Autarquias universitárias ou educacionais	60
3.1.2. Conselhos de classes ou Autarquias profissionais	60
3.2. Fundações Públicas	60
3.3. Associações públicas ou consórcios públicos (Lei nº 11.107/05)	61
3.4. Empresas estatais	61
3.4.1. Estatais: Limites e previsões constitucionais (direito concorrencial público)	62
3.4.2. Lei nº 13.303/16	62
3.4.2.1. Semelhanças entre empresas públicas e sociedades de economia mista	63
3.4.3. Empresas públicas	63
3.4.4. Sociedades de economia mista	63
3.4.5. Dirigentes das estatais (art. 17, Lei das Estatais)	63
3.5. Entes de cooperação	64
3.5.1. Serviços Sociais Autônomos	64
3.5.2. Organizações sociais – OS's	65
3.5.3. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	66
3.5.5. Parcerias voluntárias ou OSC – Organização da Sociedade Civil, de mútua cooperação com a administração	67

LICITAÇÃO 68

1. Competência legislativa	68
2. Quem deve licitar?	68
3. Normas Gerais	68
4. Modalidades de licitação	68
5. Fase fechada - procedimento administrativo preparatório	69
6. Fase aberta	69
7. Definição da modalidade de licitação	70
9. Modalidades especiais	71

SERVIÇOS PÚBLICOS, EXPLORAÇÃO PRIVADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PPPs E CONSÓRCIOS PÚBLICOS 73

SERVIÇOS PÚBLICOS 73

1. Noções Gerais	73
2. Princípios	73
2.1. Generalidade da prestação	74
2.2. Mutabilidade do regime jurídico em que o serviço público é prestado	74
2.3. Modicidade das tarifas	74
2.4. Continuidade da prestação dos serviços públicos	74
3. Formas de remuneração do serviço público	74
4. Execução do serviço público	75
5. Concessões e permissões (Lei nº 8.987/95)	76
5.1. Natureza	76
5.2. Serviço público adequado	76
5.3. Direitos e deveres dos usuários dos serviços públicos (art. 7º da Lei nº 8.987/95)	76
5.4. Política tarifária (arts. 8º ao 13º Lei nº 8.987/95)	77
5.5. Licitações (arts. 14 a 22 Lei nº 8.987/95)	77
5.6. Contratos (arts. 23 a 28 da Lei nº 8.987/95)	78
5.7. Responsabilidade por danos resultantes de uma concessão ou permissão (art. 25 da Lei nº 8.987/95)	78
5.8. Subconcessão (art. 26 da Lei nº 8.987/95)	79
5.9. Encargos	79
5.10. Intervenção nas concessões (arts. 32 a 34 da Lei nº 8.987/95)	79
5.11. Extinção das concessões (art. 35 e segs. da Lei nº 8.987/95)	79
5.12. Diferenças entre concessão e permissão (art. 2º da Lei nº 8.987/95)	80
6. Parcerias público-privadas (PPP) - Lei 11.079/04	80
6.1. Limites para a celebração de PPP's	80
6.2. Modalidades	81
6.3. Licitação	81
6.4. Edital da licitação	82
6.5. Fase intermediária antes da celebração do contrato	82
6.6. Celebração do contrato de PPP	82

7.	Consórcios públicos – Lei 11.107/05	82	8.	Aposentadoria	97
7.1.	Integrantes dos consórcios	82	8.1.	Destinatários das regras de aposentadoria, no setor público	98
7.2.	Criação do consórcio público – Art. 3º ao 5º da Lei 11.107/05	83	8.2.	Modalidades de Aposentadorias	99
7.3.	Contrato de programa	83	8.2.1.	Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho	99
7.4.	Contrato de rateio	83	8.2.2.	Aposentadoria compulsória (art. 40, §1º)	100
7.5.	Constituição de pessoa jurídica	83	8.2.3.	Aposentadoria voluntária	100
7.6.	Retirada do consórcio	84	8.2.3.	Aposentadorias especiais - EC 103/2019	101
7.7.	Exclusão do consórcio	84			
	SERVIDORES PÚBLICOS.....	85		ESTATUTO DOS SERVIDORES FEDERAIS	102
1.	Competência	85	1.	Deveres (art. 116)	102
2.	Ingresso	85	2.	Proibições	102
2.1.	Legitimidade	85	3.	Responsabilidades (arts. 121 a 126)	103
2.2.	Cargo, emprego e função pública	85	3.1.	Mitigação da independência das esferas	104
2.2.1.	Cargo público	85	4.	Penas (Art. 127)	104
2.2.2.	Emprego público	85	5.	Prazos de prescrição (art. 142)	104
2.2.3.	Função pública	86	6.	Instrumentos para apuração de irregularidades ..	105
2.3.	Fases/Etapas	86	6.1.	Sindicância administrativa	105
2.4.	Provimento	86	6.2.	Processo administrativo disciplinar - PAD ...	105
2.5.	Investidura	87	6.2.1.	Fases do PAD – processo adminis- trativo disciplinar	105
2.6.	Candidatos portadores de necessidades especiais	89	6.2.1.1.	Abertura	105
2.7.	Exceções à regra do concurso público	89	6.2.1.2.	Inquérito administrativo	106
2.7.1.	Cargos em comissão	89	6.2.1.3.	Julgamento	106
2.7.2.	Servidores Temporários	89	6.3.	Pedido de revisão (arts. 174 a 182)	106
3.	Desinvestidura	89	7.	Licenças (arts. 83 a 92 Lei 8.112/90)	107
3.1.	Demissão	90	8.	Provimento de cargos públicos	108
3.2.	Exoneração	90	8.1.	Noções básicas	108
4.	Estágio probatório	90	8.2.	Hipóteses de provimento derivado	108
5.	Estabilidade	91	9.	Vacância	109
5.1.	Estabilidade atípica	92			
5.2.	Extinção do cargo	92		BENS PÚBLICOS	110
5.3.	Hipóteses de perda do cargo (art. 41, §1º, CF/88)	92	1.	Critério jurídico	110
6.	Remuneração	93	2.	Classificação dos Bens Públicos	110
6.1.	Subsídio	93	2.1.	Quanto à titularidade	110
6.2.	Vencimentos	94	2.2.	Quanto à destinação	110
6.3.	Direito à revisão da remuneração (art. 37, X, CF)	95	2.3.	Quanto ao aspecto jurídico/disponibilida- de	110
6.4.	Possibilidade de redução da remuneração (art. 37, XV)	96	3.	Regime jurídico protetivo	110
6.5.	Piso de remuneração (art. 39, §3º + art. 7º, IV, CF)	96	3.1.	Características	111
6.6.	Natureza da remuneração (art. 48, da Lei nº 8.112/90)	96	4.	Bens públicos em espécie	112
6.7.	Acumulação remunerada de cargos	96	4.1.	Bens da União	112
6.8.	Sanção ao servidor que acumular irregu- larmente cargos públicos	97	4.1.1.	Terras devolutas	112
7.	Direito de Greve	97	4.1.2.	Terrenos de Marinha	113
7.1.	Destinatários do direito de greve	97	4.1.3.	Terrenos marginais ou reservados ...	114
7.2.	Possibilidade de descontos na remunera- ção dos grevistas	97	4.1.4.	Terras indígenas	114
			4.1.5.	Ilhas	114

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE 115

1. Aspectos Gerais	115
1.1. Localização	115
1.2. Limite	115
1.3. Função social urbana e rural	115
2. Meios de intervenção na propriedade	117
2.1. Desapropriação	117
2.1.2. Competência	117
2.1.3. Modalidades de desapropriação	117
2.1.4. Extensão	118
2.1.5. Fase Declaratória	118
2.1.6. Efeitos	119
2.1.7. Fase executória	119
2.2. Desapropriação indireta	121
2.3. Desapropriação por zona (art. 4º do Dec-lei 3.365/41)	121
2.4. Confisco (art. 243, CF/88)	122
2.5. Requisição	122
2.6. Ocupação	122
2.7. Limitação administrativa	123
2.8. Servidão administrativa	123
2.9. Tombamento	123

PROCESSO ADMINISTRATIVO 124

1. Introdução	124
2. Lei nº 9.784/99	124
2.1. Direitos dos administrados	125
2.2. Processo	126
2.3. Impedimento/Suspeição (arts. 18 e 20, da Lei nº 9.784/99)	126
2.4. Instrução (arts. 29 e 47)	127
2.5. Decisão (arts. 48 e 49)	127
2.6. Recursos (arts. 54 a 64)	127
2.7. Revisão (art. 65)	127

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 128

1. Introdução	128
2. Atos de improbidade administrativa	128
3. Ações que podem ser utilizadas para combater atos de improbidade	128
3.1. Ação popular	128
3.2. Ação civil pública	129
4. Sujeitos ativos	129
5. Sujeitos Passivos	129
6. Sanções	129
6.1. Natureza das sanções	129
6.2. Intensidade das sanções	130
7. Dosimetria	130
8. Prescrição	130

LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI 12.846/13) 131

1. Introdução	131
2. Atos lesivos à administração pública	131
3. Responsabilidade da pessoa jurídica.	132
4. Responsabilidade administrativa da pessoa jurídica	132
4.1. Competência para aplicar as sanções a nível administrativo	133
5. Acordo de leniência (art. 16 da Lei Anticorrupção)	133
5.1. Requisitos para celebração do acordo de leniência	133
6. Responsabilidade judicial da pessoa jurídica (art. 19 da Lei Anticorrupção)	133
7. Prescrição	134

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO 135

1. As três fases de evolução da responsabilidade civil do Estado são	135
1.1. Fase da Ausência - Base na Teoria da Irresponsabilidade	135
1.2. Fase Civilista: Subjetiva	135
1.3. Fase Publicista: Objetiva	135
2. Teorias regentes atuais	135
2.1. Teoria da Falta do Serviço ou Teoria da Culpa Anônima	135
2.2. Teoria da Responsabilidade Objetiva (Teoria do Risco Administrativo)	135
2.3. Teoria do Risco Integral	135
3. Prescrição direta e intercorrente	136
4. Regras de pagamento de indenizações:	136
4.1. Trânsito em Julgado	136
4.2. Expedição do Precatório ou RPV	136
4.3. Inclusão no Orçamento	136
4.4. Pagamento	137
4.5. Recebimento	137

DIREITO CIVIL

Ulisses Prates Junior

1. Introdução	141
2. Lei de introdução as normas do direito brasileiro (LINDB)	141
2.1. Introdução	141
2.2. Aplicabilidade da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	141
2.3. Vigência da Lei	141
2.3.1. Contagem do prazo	142
2.4. Revogação da Lei	142
2.4.1. Repristinação	143
2.5. Aplicação das normas jurídicas	143
2.6. Interpretação das normas jurídicas	143

2.7.	Integração das normas jurídicas	145	7.1.1.	Bens considerados em si mesmos (levam conta o bem de forma isolada)	162
2.7.1.	Analogia	145	7.1.1.1.	Móveis e Imóveis	162
2.7.2.	Costume	145	7.1.2.	Bens fungíveis e infungíveis	162
2.7.3.	Princípios gerais do direito	146	7.1.2.1.	Bens Consumíveis e inconsumíveis	162
2.7.4.	Equidade	146	7.1.2.2.	Divisíveis e Indivisíveis	163
2.8.	Conflito das leis no tempo	146	7.1.2.3.	Singulares e Coletivos	163
2.8.1.	Antinomia	147	7.1.3.	Bens reciprocamente considerados	163
2.9.	Aplicação no espaço	147	8.	Fatos jurídicos	164
3.	Das pessoas naturais	148	9.	Negócios jurídicos	165
3.1.	Início da personalidade jurídica	148	9.1.	Planos do negócio jurídico	165
3.2.	Capacidade jurídica	149	9.1.1.	Plano da existência: nesse plano, estão os requisitos mínimos de um negócio jurídico (pressupostos de existência), que formam o suporte fático (mínimo do mínimo). São "substantivos sem adjetivos"	165
3.3.	Extinção da pessoa natural	150	9.1.2.	Plano da validade: nesse plano, os substantivos recebem adjetivos, surgindo os requisitos de validade, nos termos do art. 104, CC	165
3.3.1.	Morte real	150	9.1.3.	Plano da eficácia: Em regra, o negócio jurídico que existe e é válido produz efeitos imediatamente. Quando as partes não desejam a eficácia imediata podem inserir um elemento acidental: termo, condição, modo ou encargo	166
3.3.1.1.	Ortotanásia e eutanásia	151	9.2.	Vícios ou defeitos do negócio jurídico	167
3.3.2.	Morte presumida	151	9.2.1.	Erro	167
3.3.3.	Morte Civil	151	9.2.1.1.	Classificação do erro	167
3.3.4.	Morte simultânea (comoriência)	152	9.2.2.	Dolo	168
4.	Das pessoas jurídicas	152	9.2.2.1.	Classificação do dolo quanto à conduta das partes	168
4.1.	Conceito e Aquisição da Personalidade Jurídica	152	9.2.2.2.	Classificação do dolo quanto ao conteúdo	168
4.2.	Princípio da Separação, Independência ou Autonomia	153	9.2.3.	Coação	168
4.3.	Classificação das Pessoas Jurídicas	153	9.2.3.1.	Espécies	168
4.3.1.	Quanto à atividade executada	153	9.2.3.2.	Requisitos	169
4.3.2.	Quanto à estrutura	153	9.2.3.3.	Coação de terceiro	169
5.	Direitos da personalidade	155	9.2.4.	Estado de perigo	169
5.1.	Intransmissibilidade e irrenunciabilidade ...	156	9.2.4.1.	Requisitos	169
5.1.1.	Outras características dos direitos da personalidade	156	9.2.5.	Lesão	169
5.2.	Tutela dos direitos da personalidade	156	9.2.5.1.	Requisitos	170
5.3.	Disposição de parte do corpo por ato inter vivos	157	9.2.6.	Fraude contra credores	171
5.4.	Disposição post mortem de partes do corpo	157	9.2.6.1.	Ação Pauliana	171
5.5.	Direitos do paciente médico	158	9.2.7.	Simulação	171
5.6.	Tutela do nome	158	9.2.7.1.	Requisitos	171
5.6.1.	Imutabilidade do nome	158	9.2.7.2.	Espécies de simulação	171
5.6.2.	Prazo para alteração do nome	159	9.2.7.3.	Efeitos da simulação	172
5.7.	Tutela da imagem	159	10.	Prescrição e decadência	172
5.8.	Tutela da intimidade	159	10.2.1.	Espécies de decadência	173
6.	Domicílio	160			
6.1.	Distinção de domicílio, residência e morada	160			
6.2.	Elementos	160			
6.3.	Natureza jurídica	160			
6.4.	Espécies de domicílio	160			
6.5.	Mudança de domicílio	161			
6.6.	Domicílio aparente ou ocasional	161			
6.7.	Domicílio da pessoa jurídica	161			
7.	Bens jurídicos	161			
7.1.	Classificação dos bens jurídicos	162			

10.2.2. Características da prescrição e decadência	174
11. Posse	174
11.1. Introdução	174
11.2. Conceito de posse	174
11.3. Detenção	175
11.4. Natureza jurídica da posse	175
11.5. Efeitos da posse	175
11.6. Espécies de posse	176
11.7. Aquisição da posse	178
11.7.1. Legitimidade para adquirir posse	178
11.8. Efeitos da posse	178
11.8.1. Proteção possessória	178
11.8.2. Percepção dos frutos	180
11.8.3. Indenização pelas benfeitorias e direito de retenção	180
11.8.4. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	180
11.8.5. Usucapião	180
11.9. Transmutação e interservação da posse	181
12. Propriedade	181
12.1. Extensão do direito de propriedade	181
12.2. Faculdades do direito de propriedade	181
12.3. Função social da propriedade	182
12.4. Modos de Aquisição da Propriedade Imobiliária	182
12.5. Das espécies de usucapião e seus requisitos específicos	184
12.6. Modos de aquisição da propriedade móvel	185
12.7. Perda da propriedade	186
13. Direitos reais sobre coisa alheia	186
13.1. Superfície	186
13.2. Servidão	187
13.3. Usufruto	187
13.4. Uso	188
13.5. Habitação	188
13.6. Direitos Reais de Garantia	189
13.7. Penhor	189
13.8. Hipoteca	189
13.9. Anticrese	190
14. Responsabilidade civil	190
14.1. Classificação quanto à origem	190
14.2. Classificação da responsabilidade civil de acordo com seus elementos	190
14.3. Excludentes de responsabilidade	192
15. Lei nº 8.866/94 – Depositário infiel	193

DIREITO CONSTITUCIONAL

Rodrigo Perin Nardi

Capítulo 1

DIREITO CONSTITUCIONAL 197

1.1. Natureza, conceito e objeto	197
--	-----

1.2. Perspectiva sociológica	197
1.3. Perspectiva política	198
1.4. Perspectiva jurídica	198
1.5. Perspectiva cultural (ou culturalista)	198
1.6. Fontes formais	199
1.7. Concepção positiva	199

Capítulo 2

CONSTITUIÇÃO 200

2.1. Sentidos. Conceito, objetos e elementos	200
2.2. Classificações das constituições	200
2.2.1. Quanto à origem	200
2.2.2. Quanto à forma	200
2.2.3. Quanto à extensão	200
2.2.4. Quanto ao conteúdo	201
2.2.5. Quanto ao modo de elaboração	201
2.2.6. Quanto à alterabilidade (estabilidade)	201
2.2.7. Quanto à sistemática	201
2.2.8. Quanto à dogmática	201
2.2.9. Quanto ao critério ontológico	201
2.2.10. Quanto à finalidade	202
2.2.11. Classificação da Constituição Federal de 1988	202
2.3. Normas constitucionais	202
2.3.1. Classificação de Rui Barbosa	202
2.3.2. Classificação de José Afonso da Silva	203
2.3.3. Classificação de Maria Helena Diniz	203
2.3.4. Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Brito	204

Capítulo 3

PODER CONSTITUINTE 205

3.1. Fundamentos do poder constituinte	205
3.2. Poder constituinte originário e derivado	205
3.2.1. Poder Constituinte Originário	205
3.2.2. Poder Constituinte Derivado	207
3.2.2.1. Poder Constituinte Derivado Reformador. Características e limitações	207
3.2.2.2. Poder Constituinte Derivado Decorrente. Características e limitações	208
3.2.2.3. Poder Constituinte Derivado Revisor	208
3.3. Reforma e revisão constitucional	209
3.4. Limitação do poder de revisão	209
3.5. Emendas à constituição	210

Capítulo 4

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... 212

4.1. Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade	212
---	-----

4.2. Inconstitucionalidade: por ação e por omissão	217
4.3. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	217
4.3.1. Controle Difuso de Constitucionalidade	218
4.3.2. Controle Abstrato de Constitucionalidade	220
4.3.2.1. Ação Direita de Inconstitucionalidade Genérica (ADI ou ADIN Genérica)	220
4.3.2.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO ou ADI por Omissão)	223
4.3.2.3. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC ou ADCON)	225
4.3.2.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	225
4.3.2.5. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva ou Representação interventiva	228

Capítulo 5

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DOS DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS..... 229

5.1. Considerações iniciais	229
5.2. Direitos e deveres individuais e coletivos ...	232
5.3. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade	234
5.3.1. Direito à vida	234
5.3.2. Direito à igualdade	234
5.3.3. Direito à legalidade	235
5.3.4. Proibição da tortura	236
5.3.5. Liberdade de manifestação de opinião ou pensamento	236
5.3.6. Direito à privacidade	238
5.3.7. Inviolabilidade do domicílio	239
5.3.8. Sigilo de correspondência e das comunicações	241
5.3.9. Direito de reunião	244
5.3.10. Vedação às provas ilícitas	245
5.3.11. Identificação criminal	245
5.3.12. Extradicação	245
5.3.13. Prisão criminal e civil	246
5.3.14. Direito da não culpabilidade	246
5.3.15. Direito genérico à informação	247
5.4. Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos	248
5.4.1. Direitos sociais	248
5.4.2. Nacionalidade e cidadania	249
5.4.3. Direitos Políticos	253
5.4.4. Partidos Políticos	255

5.5. Garantias constitucionais individuais	257
5.5.1. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos	257
5.5.2. Remédios constitucionais	257
5.5.2.1. Habeas Corpus	257
5.5.2.2. Mandado de Segurança	259
5.5.2.3. Mandado de Injunção	260
5.5.2.4. Habeas Data	261
5.5.2.5. Ação Popular	261

Capítulo 6

PODER LEGISLATIVO 264

6.1. Fundamento, atribuições e garantias de independência	264
6.1.1. Fundamento	264
6.1.2. Atribuições	265
6.1.3. Garantias de Independência	265
6.2. Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos	271
6.2.1. Considerações Gerais	271
6.2.2. Espécies normativas	274
6.2.2.1. Emendas à Constituição	274
6.2.2.2. Leis Ordinárias e Complementares	275
6.2.2.3. Medida Provisória	277
6.2.2.4. Leis Delegadas	279
6.2.2.5. Resoluções	280

Capítulo 7

PODER EXECUTIVO 281

7.1. Forma e sistema de governo	281
7.2. Chefia de estado e chefia de governo	281
7.3. Atribuições e responsabilidades do presidente da república	282

Capítulo 8

PODER JUDICIÁRIO..... 286

8.1. Disposições gerais	286
8.2. Supremo tribunal federal	287
8.3. Superior tribunal de justiça	290
8.4. Tribunais regionais federais e juízes federais	291
8.5. Tribunal superior do trabalho, dos tribunais regionais do trabalho e dos juízes do trabalho	293
8.7. Tribunais e juízes militares	294
8.8. Tribunais e juízes dos estados	294

Capítulo 9

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 295

Capítulo 10**DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES****DEMOCRÁTICAS 299**

10.1. Estado de defesa e estado de sítio	299
10.2. Segurança pública	300
10.2.1. Polícia Federal	302
10.2.2. Polícia Rodoviária Federal	305
10.2.3. Polícia Ferroviária Federal	305
10.2.4. Polícias Civis	305
10.2.5. Polícias Militares e corpos de Bombeiros Militares	306
10.2.6. Polícias Penais	306
10.2.7. Guardas Municipais	306
10.2.8. Segurança Viária	308
10.2.9. Força Nacional	308

Capítulo 11**ORDEM SOCIAL 309**

11.1. Seguridade social	309
11.1.1. Saúde	310
11.1.2. Previdência Social	312
11.1.3. Assistência Social	313
11.2. Educação, cultura e desporto	314
11.3. Ciência e tecnologia	318
11.4. Comunicação social	318
11.5. Meio ambiente	319
11.6. Família, criança, adolescente e pessoa idosa	320
11.7. Indígenas	322

CRIMINOLOGIA

Eduardo Fontes

Capítulo 1**NOÇÕES GERAIS DE CRIMINOLOGIA 329**

1.1. Importância	329
1.2. Conceito	329
1.3. Funções (finalidades)	330
1.4. Métodos	331
1.5. Objetos	331
1.5.1. Introdução	331
1.5.2. Crime	331
1.5.3. Delinquente	332
1.5.4. Controle Social	333
1.5.5. Vítima	335
1.6. Criminologia, direito penal e política criminal	339
1.6.1. Ciências Criminais	339
1.6.2. Direito Penal	340

1.6.3. Política Criminal	342
--------------------------------	-----

Capítulo 2**MODELOS TEÓRICOS 343****Capítulo 3****TEORIAS CRIMINOLÓGICAS SOCIOLOGICAS . 347**

3.1. Introdução	347
3.2. Teorias estrutural-funcionalistas	348
3.3. Biologia criminal e sociologia criminal	348
3.4. Escola de Chicago	348
3.5. Teoria da desorganização social (ecológica)	350
3.6. Teoria do espaço (espacial)	350
3.7. Teoria das janelas quebradas (broken windows)	350
3.8. Teoria da tolerância zero (lei e ordem)	351
3.9. Teoria do delito como eleição	352
3.10. Teorias do controle social informal	352
3.11. Teoria dos vínculos sociais	353
3.12. Teoria da anomia	353
3.13. Teoria da subcultura delinquente	354
3.14. Teoria das predisposições agressivas	355
3.15. Teoria da associação diferencial (aprendizado da delinquência)	355
3.16. Teoria behaviorista	356
3.17. Teoria do etiquetamento (labeling approach ou reação social)	357
3.18. Teoria do interacionismo simbólico	358
3.19. Criminologia crítica (teoria crítica ou radical)	358
3.20. Abolicionismo	359
3.21. Realismo de esquerda (neorealismo)	360
3.22. Criminologia minimalista (minimalismo penal)	360
3.24. Outras teorias	364

Capítulo 4**PREVENÇÃO CRIMINAL E REAÇÃO SOCIAL 368**

4.1. Modelos de reação de crime (modelos de justiça criminal)	368
4.2. Processos de criminalização	369
4.3. Prevenção do crime	369
4.4. Espécies de prevenção criminal	370
4.5. Penalologia	371
4.6. Programas de prevenção do delito	372
4.7. Estatística criminal e cifras criminais	373

Capítulo 5**CRIMINOLOGIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO****DE DIREITO 374**

DIREITO EMPRESARIAL

Ulisses Prates Junior

DIREITO EMPRESARIAL 381

1. Introdução	381	4.4. Sociedade em Comandita Simples	401
2. Direito comercial	381	4.5. Sociedade em Comandita por Ações	401
2.1. Origem e Evolução Histórica	381	4.6. Sociedades Coligadas	402
2.2. Autonomia	383	4.7. Sociedade Cooperativa	402
2.3. Fontes	383	5. Operações Societárias (Reorganização Societária)	403
2.4. Características	383	5.1. Transformação (arts. 1.113 a 1.115 CC)	403
2.5. Empresário	383	5.2. Fusão (arts. 1.119 a 1.121 CC)	403
2.5.1. Caracterização	383	5.3. Incorporação (arts. 1.116 a 1.118 CC)	403
2.5.2. Inscrição (Registro)	384	5.4. Cisão (art. 1.122 CC)	404
2.5.3. Capacidade	384	5.5. Liquidação e Dissolução	404
2.5.4. Teoria da Empresa e seus Perfis	386	6. sociedades dependentes de autorização	404
2.5.5. Nome Empresarial	386	7. Sociedade Limitada	404
2.5.6. Prepostos do Empresário	386	7.1. Regulação e Instrumentos Contratuais	405
2.5.6.1. Gerente	386	7.2. Composição dos Sócios e Capacidade	405
2.5.6.2. Contabilista	386	7.3. Pluralidade de Sócios	405
2.5.6.3. Mandatário	386	7.4. Da Administração	405
2.5.6.4. Empregados	386	7.4.1. Designação dos Administradores	405
2.5.6.5. Representantes Comerciais	386	7.4.2. Administradores Não Sócios	405
3. Teoria geral dos títulos de crédito	386	7.4.3. Posse e Registro do Administrador	405
3.1. Classificação dos títulos de crédito	387	7.4.4. Cessação do Cargo de Administrador	406
3.2. Títulos de Crédito em Espécie	388	7.4.5. Uso da Firma ou Denominação Social	406
3.2.1. Letra de Câmbio	388	7.5. Distribuição de Lucros e Participação nos Resultados	406
3.2.2. Nota Promissória	391	7.6. Contribuição dos Sócios para o Capital Social	406
3.2.3. Cheque: Conceito e Modalidades	392	7.7. Integralização por Quotas ou Ações de Outra Sociedade	406
3.2.3.1. Requisitos de Validade	393	7.8. Transferência de Cotas	406
3.2.3.2. Cheque à Vista	393	7.9. Nome Empresarial	407
3.2.3.3. Prazos de Apresentação	393	7.10. Deliberação dos Sócios	407
3.2.3.4. Modalidades de Cheque	393	7.10.1. Matérias Sujeitas à Deliberação dos Sócios:	407
3.2.3.5. Sustação e Revogação de Cheque	394	7.10.2. Forma das Deliberações:	407
3.2.3.6. Prescrição	394	7.10.3. Convocação Extraordinária:	407
3.2.4. Duplicata: Conceito e Requisitos Legais	395	7.10.4. Quórum para Deliberações:	407
3.2.4.1. Requisitos para a Emissão da Duplicata	395	7.10.5. Direito de Retirada:	407
3.2.4.2. Modalidades de Aceite da Duplicata	396	7.10.6. Assembleia Ordinária Anual:	407
3.2.4.3. Recusa de Aceite e Suas Hipóteses	396	7.10.7. Participação Remota:	407
3.2.4.4. Ação Cambial e Prazos para Execução	396	7.11. Responsabilidade dos Sócios	408
3.2.4.5. Triplicata	396	7.12. Resolução da Sociedade Limitada	408
3.3. Protesto de Títulos	397	8. Sociedade Anônima	410
4. Teoria Geral do Direito Societário	398	8.1. Natureza Institucional e Estrutura	410
4.1. Sociedade em Comum	399	8.2. Espécies de Sociedade Anônima	410
4.2. Sociedade em Conta de Participação	399	8.3. Constituição da Sociedade Anônima	410
4.3. Sociedade em Nome Coletivo	400	8.4. Órgãos Societários	410
		8.5. Valores Mobiliários	411
		9. Estabelecimento Empresarial	412
		9.1. Natureza Jurídica e Composição	412
		9.2. Alienação e Trespasse	412

9.3. Responsabilidade pelas Obrigações	412
9.4. Cláusula de Não Concorrência	413
9.5. Sub-rogação nos Contratos e Créditos	413
10. Propriedade Industrial	413
10.1. Abrangência e Proteção	413
11. Falência	413
12.1. Requisitos da Falência	414
12.2. Do Processo Falimentar	415
12.2.1. Legitimidade Ativa	415
12.2.2. Legitimidade Passiva	415
12.2.3. Juízo Competente	416
12.2.4. Condutas do Devedor Após a Cita- ção	417
12.2.5. Sentença	417
12.2.5.1. Requisitos da Sentença Declaratória de Falência	417
12.2.6. Efeitos da Sentença Declaratória de Falência em Relação ao Falido	418
12.2.7. Efeitos da Sentença Declaratória em Relação aos Credores	419
12.2.8. Efeitos da Sentença Declaratória em Relação aos Contratos do Falido	419
12.2.9. Da Ineficácia e Revogação de Atos Praticados Antes da Falência	419
12.3. Atos Ineficazes (Ineficácia Objetiva)	419
12.4. Atos Revogáveis (Ineficácia Subjetiva)	420
12.5. Ação Revocatória	420
12.6. Arrecadação dos Bens do Falido	420
12.6. Pedido de Restituição	420
12.7. Realização do Ativo	421
12.8. Habilitação do Crédito	421
12.9. Pagamento dos Credores	421
12.2.11. Encerramento da Falência	422
12.2.12. Reabilitação	422
12.3. Considerações Sobre os Crimes Falimenta- res	423
12.3.1. Responsabilidade Penal e Compe- tência do Juízo	423
12.3.2. Natureza da Ação Penal	423
12.3.3. Reduções e Medidas Alternativas de Pena	423
12.3.4. Consequências da Condenação	423
12.3.5. Prescrição dos Crimes Falimentares	423
12.3.6. Condutas Configuradas como Crime Falimentar	423
12.3.7. Rito Processual	424
13. Recuperação judicial	424
13.1. Finalidade	424
13.2. Legitimidade Ativa	424
13.3. Créditos Sujeitos aos Efeitos da Recupera- ção Judicial	424
13.4. Procedimento	425
13.5. Plano de Recuperação Judicial	425

14. Recuperação extrajudicial	426
14.1. Legitimidade Ativa e Abrangência dos Créditos	426
14.2. Procedimento e Homologação	426
15. Sistema financeiro nacional	427
15.1. Instituições Financeiras	427
15.2. Entidades do Sistema Financeiro Nacional e Suas Competências	427
15.3. Sistema Financeiro de Habitação	427

DIREITO FINANCEIRO

Pedro Augusto Garcia Alves

Capítulo 1	
DIREITO FINANCEIRO	431

Capítulo 2	
ORÇAMENTO	433

2.1. Conceito	433
2.2. Natureza jurídica	433
2.3. Espécies de orçamento	434
2.4. Dos princípios orçamentários	435
2.4.1. Equilíbrio Orçamentário	435
2.4.2. Princípio da Legalidade	435
2.4.3. Princípio da Exclusividade	435
2.4.4. Princípio da não vinculação	436
2.4.5. Princípio da Unidade	436
2.4.6. Princípio da Universalidade	436
2.4.7. Princípio da Anualidade	436
2.4.8. Princípio da Publicidade	437
2.4.9. Princípio da Especificação/Especia- lização	437
2.5. Da "regra de ouro"	438

Capítulo 3	
DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	

2.1. Da iniciativa legislativa	439
2.2. Da discussão legislativa	439
2.3. Sanção ou veto	440
2.4. Do plano plurianual (ppa)	440
2.5. Da lei de diretrizes orçamentárias	441
2.6. Lei orçamentária anual (loa)	442
2.7. Créditos adicionais	443
2.8. Questões diversas	445

Capítulo 4	
RECEITA PÚBLICA.....	447

4.1. Conceito	447
4.2. Classificação da receita	447

4.2.1. Orçamentárias x Extraorçamentárias	447
4.2.2. Derivada x Originária x Transferida ..	447
4.2.3. Federal x Estadual x Distrital x Municipal	448
4.2.4. Ordinária x Extraordinária	448
4.2.5. Amplo x Restrito	448
4.2.6. Corrente x Capital	448
4.3. Estágios da receita	448
4.4. Dívida ativa	449

Capítulo 5

DESPESA PÚBLICA	452
5.1. Conceito	452
5.2. Classificação da despesa	452
5.2.1. Orçamentária x Extraorçamentária	452
5.2.2. Federal x Estadual x Municipal	452
5.2.3. Ordinárias x Extraordinárias	452
5.2.4. Correntes x Capital	452
5.2.4.1. Despesas Correntes	452
5.2.4.2. Despesas de Capital	453
5.3. Ciclos/ estágios da despesa	454
5.3.1. Empenho	454
5.3.2. Liquidação	455
5.3.3. Pagamento	455
5.4. Restos a pagar	455
5.5. Limitações da lei de responsabilidade fiscal	456
5.6. Precatórios	457
5.6.1. Noções gerais constitucionais	457
5.6.2. Requisição de pequeno valor	458
5.6.3. De volta à ordem de classificação dos precatórios	458
5.6.4. Rito de pagamento dos precatórios	458
5.6.5. Da compensação de ofício pela Fazenda – ADI 4.425	459
5.6.6. Da atualização do valor pago	459
5.6.7. Da possibilidade de cessação	459
5.6.8. Disposições Gerais	459

Capítulo 6

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	460
6.1. Do tribunal de contas da união	461
6.2. Controle da execução orçamentária na lei 4.320/64	461
6.3. Da fiscalização e controle na lei de responsabilidade fiscal	461

DIREITO INTERNACIONAL

Marco Torrano

Capítulo 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	467
--	------------

Capítulo 2

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	470
--	------------

SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO TRATADOS INTERNACIONAIS	475
--	------------

Capítulo 1

ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	485
--	------------

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	490
---	------------

DIREITO DIPLOMÁTICO E DIREITO CONSULAR	492
---	------------

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL	500
---	------------

DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL	505
--	------------

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	511
---	------------

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Nacionalidade	522
Condição jurídica do estrangeiro	522

DIREITO INTERNACIONAL PENAL

Tribunal Penal Internacional (TPI)	532
--	-----

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

Súmulas do STF e STJ	539
----------------------------	-----

DIREITO PENAL PARTE GERAL

Eduardo Fontes

Capítulo 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL	545
--	------------

1.1. Conceito	545
1.2. Características	545
1.3. Função do direito penal	545
1.4. Princípios básicos do direito penal	547
1.4.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	547
1.4.2. Princípio da Legalidade	547

1.4.3. Princípio da Culpabilidade	549
1.4.4. Princípio da responsabilidade pelo fato, materialização do fato ou exteriorização do fato	551
1.4.5. Princípio da Responsabilidade Pessoal x Princípio da Responsabilidade Subjetiva	552
1.4.6. Princípio da intervenção mínima	552
1.4.7. Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico	554
1.4.8. Princípio da Humanidade	555
1.4.9. Princípio da insignificância ou da bagatela própria	555
1.4.9.1. Aplicação do princípio da insignificância em situações específicas	557
1.4.9.2. Princípio da insignificância imprópria ou da bagatela imprópria	563
1.4.9.3. O princípio da bagatela e sua relação com a teoria das janelas quebradas (broken windows theory) ..	564
1.4.10. Princípio da Proporcionalidade	566
1.4.11. Princípio da Individualização da Pena	568
1.4.12. Princípio da ofensividade ou da lesividade	568
1.4.13. Princípio da alteridade ou da transcendentalidade	569
1.4.14. Princípio do ne bis in idem ou da inadmissibilidade da perseguição penal múltipla	569
1.5. Relações com outros ramos do direito	570
1.6. Direito penal, criminologia e política criminal	570
1.7. Sistemas penais	571
1.7.1. Direito Penal Máximo ou Maximalismo Penal ou eficientismo penal ...	571
1.7.2. Direito Penal Mínimo ou Minimalismo Penal	572
1.7.3. Abolicionismo Penal	572
1.8. Direito penal do inimigo	574
1.9. Velocidades ou dimensões do Direito Penal	574
1.10. Direito penal paralelo e direito penal subterrâneo	575

Capítulo 2

A LEI PENAL 576

2.1. Fontes	576
2.2. Interpretação	577
2.3. Analogia	579
2.4. Conflito aparente de normas	580

2.4.1. Conceito	580
2.4.2. Requisitos	580
2.4.3. Finalidade	580
2.4.4. Princípios que solucionam o conflito aparente de normas	580
2.4.4.1. Princípio da Especialidade	580
2.4.4.2. Princípio da Subsidiariedade	581
2.4.4.3. Princípio da Consunção ou da Absorção	581
2.4.4.4. Princípio da Alternatividade	583
2.5. Norma penal em branco	584
2.5.1. Espécies	585
2.6. Lei penal no tempo	586
2.7. Leis intermitentes (excepcional ou temporária)	589
2.8. Tempo do crime (art. 4º, CP)	590
2.9. Lugar do crime (art. 6º, CP)	591
2.10. Lei penal no espaço	592
2.11. Extraterritorialidade	595
2.12. Lei penal em relação às pessoas	598
2.12.1. Imunidades Parlamentares	600
2.12.1.1. Imunidade Material	600
2.12.1.2. Imunidade Formal	601
2.13. Eficácia da sentença estrangeira	605
2.14. Contagem de prazo	606
2.15. Frações não computáveis da pena	607
2.16. Legislação especial	607

Capítulo 3

TEORIA DO CRIME..... 608

3.1. Conceito de crime	608
3.1.1. Crime x Contravenção Penal	608
3.1.2. Critério formal, analítico ou dogmático	609
3.2. Sujeitos do crime	610
3.2.1. Sujeito Ativo	610
3.2.2. Sujeito Passivo	611
3.3. Objeto do crime	612
3.4. Fato típico	613
3.4.1. Conceito	613
3.4.2. Elementos	613
3.4.2.1. Conduta	615
3.4.2.2. Resultado	630
3.4.2.3. Relação de Causalidade	633
3.4.2.4. Tipicidade	644
3.5. Crime doloso	647
3.5.1. Espécies de dolo	648
3.6. Crime culposo	650
3.6.1. Conceito de crime culposo	651
3.6.2. Espécies de culpa	653

3.6.3. Causas de exclusão da culpa	654
3.6.4. Crime preterdoloso ou preterintencional	655
3.7. Ilícitude	656
3.7.1. Causas de exclusão da ilicitude	657
3.7.1.1. Estado de Necessidade	658
3.7.1.2. Legítima Defesa	660
3.7.1.3. Estrito Cumprimento do Dever Legal	663
3.7.1.4. Exercício Regular de Direito	664
3.7.2. Ofendículos	665
3.7.3. Consentimento do ofendido	665
3.8. Culpabilidade	665
3.8.1. Conceito	665
3.8.2. Elementos da culpabilidade	666
3.8.2.1. Imputabilidade	666
3.8.2.1.2. Consequência da Inimputabilidade	670
3.8.2.2. Potencial Consciência da ilicitude	671
3.8.2.3. Exigibilidade de conduta diversa	674
3.8.3. Culpabilidade no ordenamento Jurídico Brasileiro	675
3.8.3.1. Culpabilidade às avesas	676

Capítulo 4

CONCURSO DE PESSOAS 677

4.1. Participação	678
4.2. Teorias acerca da punição do partícipe	679
4.2.1. Teoria da Acessoriedade mínima	679
4.2.2. Teoria da Acessoriedade média ou limitada	679
4.2.3. Teoria da Acessoriedade máxima	679
4.2.4. Teoria da Hiperaccessoriedade	679
4.3. Requisitos do concurso de agentes	679
4.4. Teoria monista x pluralista x dualista	680
4.5. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares (art. 30, CP)	682

Capítulo 5

“ITER CRIMINIS” 684

5.1. Iter criminis ou caminho do crime	684
5.2. Tentativa	688
5.2.1. Conceito	688
5.2.2. Elementos	688
5.2.3. Natureza Jurídica	688
5.2.4. Classificação	688
5.2.5. Crimes que não admitem a tentativa	689

5.2.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa e impactos na dosimetria da pena	690
5.3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	691
5.3.1. Desistência voluntária (art. 15 do CP, 1ª parte)	692
5.3.2. Arrependimento eficaz ou resipiscência (art. 15 do CP, 2ª parte)	693
5.4. Arrependimento posterior (art. 16, CP)	694
5.5. Crime impossível	697
5.6. Erro de tipo	699
5.6.1. Espécies de erro de tipo	699
5.6.1.1. Erro de tipo essencial	699
5.6.1.2. Erro de tipo determinado por terceiro	700
5.6.1.3. Erro de tipo psiquicamente condicionado	702
5.6.1.4. Erro de tipo acidental	702

Capítulo 6

DAS PENAS 705

6.1. Pena x medida de segurança	706
6.2. Princípios	706
6.3. Finalidades	706
6.4. Espécies de penas	707
6.4.1. Pena Privativa de Liberdade	707
6.4.2. Pena Restritiva de Direitos	708
6.4.3. Pena de Multa	709
6.5. Sistemas para aplicação da pena	709
6.6. Concurso de crimes	712
6.6.1. Concurso Material ou real	712
6.6.2. Concurso Formal ou ideal	713
6.6.3. Crime Continuado	715
6.7. Limite das penas	718
6.8. Suspensão condicional da pena	719
6.8.1. Requisitos para concessão da suspensão condicional da pena	719
6.8.1.1. Requisitos objetivos	719
6.8.1.2. Requisitos subjetivos	720
6.8.2. Espécies de sursis	720
6.8.3. Período de prova	720
6.8.4. Revogação do sursis	721
6.8.4.1. Revogação obrigatória	721
6.8.4.2. Revogação facultativa	721
6.8.5. Cassação do sursis	722
6.8.6. Prorrogação do período de prova	722
6.8.7. Extinção da pena	723
6.8.8. Diferença entre o sursis e o livramento condicional	723
6.9. Livramento condicional	723
6.9.1. Requisitos para a concessão do livramento condicional	723

6.9.1.1. Requisitos objetivos	724
6.9.1.2. Requisitos subjetivos	725
6.10. Condições do livramento condicional	725
6.10.1. Revogação do livramento condicional	726
6.10.1.1. Revogação obrigatória do livramento condicional	726
6.10.1.2. Revogação facultativa do livramento condicional	726
6.10.2. Extinção da pena	727
6.11. Efeitos da condenação	727
6.11.1. Efeitos Penais	727
6.11.2. Efeitos extrapenais	728
6.11.3. Efeitos específicos	732
6.11.4. Efeitos da condenação na legislação extravagante	733
6.12. Reabilitação	734
6.13. Suspensão condicional de efeitos secundários específicos da condenação	735
6.14. Medida de segurança	736
6.14.1. Conceito e natureza jurídica	736
6.14.2. Periculosidade	736
6.14.3. Aplicação da medida de segurança	737
6.14.4. Espécies de medidas de segurança	737
6.14.5. Prazo da medida de segurança	738
6.14.6. Execução da medida de segurança	739
6.14.7. Medida de segurança provisória	740
6.14.8. Conversão da pena em medida de segurança	741
6.15. Ação penal	741
6.15.1. Condições da ação	741
6.15.2. Classificação das ações penais	742
6.15.2.1. Ação penal pública	742
6.15.2.2. Particularidades da ação penal pública condicionada	743
6.15.2.3. Ação penal privada	744
6.15.2.4. Ação penal nos crimes complexos	746

Capítulo 7

DA PRESCRIÇÃO 747

7.1. Prescrição da pretensão punitiva (PPP)	748
7.1.1. Prescrição da pretensão punitiva em abstrato	748
7.1.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa	753
7.1.3. Prescrição da pretensão punitiva superveniente, intercorrente ou subsequente	754
7.2. Prescrição da pretensão executória (PPE)	754
7.3. Decadência	756

DIREITO PENAL PARTE ESPECIAL

Rafael Fernandes Souza Dantas

CAPÍTULO 1

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA 763

1.1. Dos crimes contra a vida	763
1.1.1. Introdução	763
1.1.2. Homicídio Simples	763
1.1.3. Homicídio "Privilegiado"	764
1.1.4. Homicídio Qualificado	764
1.1.6. Causas de aumento de pena do § 4º	767
1.1.7. Perdão Judicial	768
1.1.8. Causas de aumento de pena do § 6º	768
1.1.9. Feminicídio	768
1.1.10. Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação	771
1.1.11. Infanticídio	772
1.1.12. Aborto	772
1.1.12.1. Espécies de aborto	773
1.1.12.1.1. Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento	773
1.1.12.1.2. Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante	773
1.1.12.1.3. Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante	773
1.2. Das lesões corporais	773
1.2.1. Espécies de Lesão Corporal	774
1.2.1.1. Lesão Corporal Dolosa Leve	774
1.2.1.2. Lesão Corporal Dolosa Grave	774
1.2.1.3. Lesão Corporal Dolosa Gravíssima	774
1.2.1.4. Lesão Corporal seguida de morte	774
1.2.1.5. Lesão Corporal Culposa	775
1.2.1.6. Lesão Corporal com violência doméstica	775
1.2.1.7. Lesão Corporal praticada contra integrantes de órgãos de segurança, cônjuges ou familiares deles	775
1.2.1.8. Lesão Corporal praticada contra a mulher por razões da condição do sexo feminino	775

Capítulo 2

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL 776

2.1. Dos crimes contra a liberdade individual	776
---	-----

2.1.1. Dos Crimes contra a liberdade pessoal	776
2.1.1.1. Redução a condição análoga à de escravo	776
2.2. Tráfico de Pessoas	777
2.3. Invasão de dispositivo informático	778

Capítulo 3

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 781

3.1. Furto	781
3.2. Roubo	783
3.3. Extorsão	785
3.3.1. Extorsão mediante sequestro	785
3.4. Estelionato	786

Capítulo 4

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA 789

4.1. Incitação ao crime	789
4.2. Associação criminosa	789

Capítulo 5

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL 791

5.1. Estupro	791
5.2. Importunação sexual	791
5.3. Registro não autorizado da intimidade sexual	792
5.4. Estupro de vulnerável	792
5.5. Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	793
5.6. Aspectos gerais	794

Capítulo 6

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA 795

6.1. Moeda falsa	795
6.2. Petrechos para falsificação de moeda	796
6.3. Falsidade material e ideológica	796

Capítulo 7

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 799

7.1. Peculato	799
7.2. Concussão	800
7.3. Corrupção passiva e ativa	801
7.4. Descaminho	802
7.5. Contrabando	803
7.6. Reingresso de estrangeiro expulso	804
7.7. Denúncia caluniosa	804
7.8. Comunicação falsa de crime ou de contravenção	805
7.9. Autoacusação falsa	805

7.10. Falso testemunho ou falsa perícia	805
7.11. Resistência	806
7.12. Desobediência.	807
7.13. Desacato	807
7.14. Dos crimes contra o estado democrático de direito	807
7.14.1. Abolição violenta do estado democrático de direito	808
7.14.2. Golpe de estado	809
7.14.3. Norma explicativa	809

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Omar Chamon

SEGURIDADE SOCIAL – DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS 813

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ulisses Prates Junior

DIREITO PROCESSUAL CIVIL 863

1. Jurisdição	863
1.1. Elementos Fundamentais da Jurisdição	863
1.1.1. Terceiro Imparcial	863
1.1.2. Necessidade de Processo	863
1.1.2. Necessidade de Processo	863
1.1.4. Situações Jurídicas Concretamente Deduzidas	863
1.1.5. Caráter Imperativo	863
1.1.6. Atividade Criativa	863
1.1.7. Insuscetibilidade de Controle Externo	864
1.1.8. Aptidão para Tornar-se Indiscutível	864
1.2. Características da Jurisdição	864
1.2.1. Jurisdição contenciosa	864
1.2.2. Jurisdição voluntária	864
1.2.2.3. Características da Jurisdição voluntária	865
1.3. Princípios da Jurisdição	865
1.3.1. Princípio da Investidura	865
1.3.2. Princípio da Indelegabilidade	865
1.3.3. Princípio da Inevitabilidade	865
1.3.4. Princípio da Territorialidade	865
1.3.5. Princípio da Inafastabilidade	866
1.3.6. Princípio do Juiz Natural	866
1.4. Equivalentes Jurisdicionais	866
1.4.1. Autotutela	866
1.4.2. Autocomposição	866
1.4.3. Mediação	867

1.4.4. Arbitragem	867	2.12.1.2. Conflito de competência negativo	882
2. Competência	868	2.12.2. Suscitação do conflito	882
2.1. Fontes Normativas da Competência	869	2.12.3. Julgamento do conflito	882
2.2. Competências Implícitas	869	2.12.4. Competência da Justiça Federal	882
2.2.1. Regra da "Kompetenz-Kompetenz"	869	3. Tutelas jurisdicionais	884
2.3. Limites da Jurisdição Nacional (Art. 21-24 do CPC)	869	3.1. Distinção entre tutela definitiva e tutela provisória	884
2.3.1. Competência Concorrente (arts. 21 e 22 do CPC)	870	3.2. Distinção entre aquilo que é provisório e temporário	884
2.3.1.1. Hipóteses de Competência Concorrente	870	3.3. Tutela provisória incidente e antecedente	884
2.3.1.2. Competência Concorrente e Litispendência (Art. 24 do CPC)	870	3.4. Classificação da tutela provisória de acordo com os fundamentos que autorizam a sua concessão	884
2.3.2. Competência Exclusiva (Art. 23 do CPC)	871	3.4.1. Tutela de urgência	884
2.3.3. Cláusula de Eleição de Foro Internacional (Art. 25 do CPC)	871	3.4.2. Tutela de evidência	885
2.3.4. Auxílio Direto e Execução de Decisão Estrangeira	871	3.5. Regras gerais das Tutelas Provisórias	885
2.4. Competência Absoluta X Competência Relativa	872	3.6. Poder geral de efetivação da tutela provisória	885
2.5. Critérios Internos de Fixação De Competência	872	3.7. Competência para a concessão da tutela provisória	885
2.5.1. Critério Objetivo	872	3.8. Tutela provisória de urgência	885
2.5.2. Critério Funcional	873	3.8.1. Pressupostos	885
2.5.3. Critério Territorial	873	3.9. Tutela provisória cautelar	885
2.6. Regras para Identificação da Competência	873	3.10. Tutela da evidência	886
2.6.1. Identificação do foro competente	873	3.10.1. Hipóteses	886
2.6.1.1. Critérios para Fixação da Competência	875	4. Jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos	887
2.6.1.2. Foro Competente (Arts. 46 A 53 do CPC)	878	4.1. Habeas corpus no processo civil	887
2.7. Princípio da "Perpetuatio Jurisdictionis" (Art. 43 do CPC)	878	4.2. Mandado de segurança individual e coletivo	887
2.8. Hipóteses de Prorrogação de Competência	878	4.3. Habeas data	888
2.9. Foro de eleição	879	4.4. Ação popular	888
2.10. Modificação De Competência	879	4.5. Ação Civil Pública	888
2.10.1. Prorrogação da Competência	879	5. Formação, suspensão e extinção do processo e procedimento comum	889
2.10.2. Derrogação (Foro de Eleição)	879	5.1. Formação	889
2.10.3. Conexão	880	5.2. Suspensão	889
2.10.4. Continência	880	5.2.1. Hipóteses de suspensão	889
2.10.5. Prevenção em Caso de Reiteração de Ações (Art. 286 do CPC)	880	5.2.1.1. Morte ou perda da capacidade processual das partes ou do representante legal	889
2.11. Espécies de competência	881	5.2.1.2. Convenção das partes	889
2.12. Conflito de competência	882	5.2.1.3. Arguição de impedimento ou de suspensão	889
2.12.1. Espécies	882	5.2.1.4. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	889
2.12.1.1. Conflito de competência positivo	882	5.2.1.5. Quando a sentença de mérito depender do julga-	

mento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente	890
5.2.1.6. Quando a sentença de mérito tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo	890
5.2.1.7. Força maior	890
5.2.1.8. Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo	890
5.2.1.9. Demais casos que este Código regula	890
5.2.2. Vedação à prática de atos	890
5.2.3. Verificação de fato na área criminal	890
5.3. Extinção	891
5.3.1. Extinção do processo sem resolução do mérito	891
5.3.2. Extinção do processo com resolução do mérito	893

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Márcio Alberto Gomes Silva

CAPÍTULO 1

DIREITO PROCESSUAL PENAL 897

1.1. Conceito	897
1.2. Características	897
1.3. Princípios norteadores do processo penal	897
1.3.1. Devido processo legal	897
1.3.2. Contraditório	897
1.3.3. Ampla defesa	897
1.3.4. Presunção ou estado de inocência (não culpabilidade)	897
1.3.5. Favor rei	898
1.3.6. Verdade real (verdade possível)	898
1.3.7. Vedação das provas ilícitas	898
1.3.8. Igualdade das partes (paridade de armas)	898
1.3.9. Publicidade	898
1.3.10. Livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz	898
1.3.11. Duplo grau de jurisdição	898

1.3.12. Vedação do bis in idem	898
1.4. Fontes do processo penal	898
1.4.1. Fonte de produção ou material	898
1.4.2. Fonte formal ou de cognição	899
1.4.2.1. Fonte formal imediata ou direta	899
1.4.2.2. Fontes formais mediatas, indiretas ou supletivas	899
1.5. Interpretação	899
1.5.1. Quanto à pessoa que interpreta	899
1.5.2. Quanto ao modo de interpretar	899
1.5.3. Quanto ao resultado	899
1.5.4. Analogia x Interpretação analógica	899
1.6. Sistemas processuais	899
1.6.1. Inquisitivo	899
1.6.2. Acusatório	899
1.6.3. Misto	900
1.7. Eficácia da lei processual penal	900
1.7.1. Lei processual penal no espaço	900
1.7.2. Lei processual penal no tempo	900

Capítulo 2

JUIZ DAS GARANTIAS..... 901

2.1. Juiz das garantias	901
-------------------------------	-----

Capítulo 3

INQUÉRITO POLICIAL..... 907

3.1. Conceito	907
3.2. Características	907
3.2.1. Procedimento administrativo	907
3.2.2. Sigiloso	907
3.2.3. Escrito	908
3.2.4. Investigativo (inquisitivo, segundo a doutrina tradicional)	908
3.2.5. Dispensável (mas obrigatório e indisponível)	909
3.2.6. Destinado a elucidar fato supostamente criminoso	910
3.3. Formas de comunicação	910
3.4. Peças de instauração	910
3.5. Formas de instauração	911
3.6. Prazos	911
3.7. Diligências	912
3.8. Indiciamento	913
3.9. Incomunicabilidade	914
3.10. Nulidades	914
3.11. Término do inquérito policial	914
3.12. Arquivamento de inquérito policial	915
3.13. Valor probatório	916

3.14. Investigação criminal presidida pelo ministério público	916
---	-----

Capítulo 4

COMPETÊNCIA 918

4.1. Conceito	918
4.2. Espécies	918
4.2.1. Competência <i>ratione loci</i>	918
4.2.2. Competência <i>ratione materiae</i>	919
4.2.3. Competência <i>ratione personae</i>	922
4.3. Distribuição	923
4.4. Conexão e continência	923
4.5. Prevenção	925
4.6. Súmulas (do STJ e STF) e teses (do STJ) aplicáveis à matéria	925
4.6.1. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	925
4.6.2. Teses do STJ sobre competência – edição 72	926
4.6.3. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	927

Capítulo 5

AÇÃO PENAL 929

5.1. Conceito	929
5.2. Condições gerais da ação	929
5.3. Acordo de não persecução penal	929
5.4. Espécies	932
5.4.1. Ação penal pública	932
5.4.1.1. Generalidades	932
5.4.1.2. Princípios	933
5.4.1.3. Representação	933
5.4.1.4. Requisição do Ministro da Justiça	934
5.4.1.5. Denúncia	934
5.4.2. Ação penal privada	935
5.4.2.1. Generalidades	935
5.4.2.2. Princípios	935
5.4.2.3. Queixa-crime	936
5.4.2.4. Renúncia, perdão e <i>perempção</i>	936

Capítulo 6

SUJEITOS PROCESSUAIS..... 937

6.1. Juiz	937
6.1.1. Qualidades ou pressupostos	937
6.1.2. Impedimento, suspeição e incompatibilidade	937
6.1.3. Poderes	938
6.1.4. Prerrogativas e vedações	938
6.2. Ministério público	938

6.2.1. Funções	939
6.2.2. Prerrogativas e vedações	939
6.3. Acusado	939
6.3.1. Identificação	939
6.4. Defensor	939
6.5. Assistente de acusação	939
6.6. Auxiliares da justiça	940

Capítulo 7

PROVAS 941

7.1. Intróito	941
7.2. Fatos que independem de prova	941
7.3. Provas ilícitas e ilegítimas	941
7.4. Sistemas de apreciação da prova	942
7.5. Serendipidade	943
7.6. As provas nominadas pelo código de processo penal	943
7.6.1. Perícias em geral e exame de corpo de delito	943
7.6.2. Interrogatório	946
7.6.3. Confissão	947
7.6.4. Declarações do ofendido	948
7.6.5. Prova testemunhal	948
7.6.6. Reconhecimento de pessoas e coisas	949
7.6.7. Acareação	950
7.6.8. Documentos	950
7.6.9. Indícios	950
7.7. Busca e apreensão	950

Capítulo 8

PRISÕES CAUTELARES..... 956

8.1. Considerações gerais	956
8.2. O uso de algemas	958
8.3. A mitigação da inviolabilidade de domicílio em caso de flagrante	959
8.4. Prisão em flagrante	961
8.4.1. Flagrante obrigatório x flagrante facultativo	961
8.4.2. Sujeitos do Flagrante	962
8.4.3. Lavratura do auto de prisão em flagrante	962
8.4.4. Flagrante esperado, retardado, preparado e forjado	964
8.5. Prisão preventiva	965
8.5.1. Pressupostos	965
8.5.2. Fundamentos	965
8.5.3. Requisitos	965
8.5.4. Natureza <i>rebus sic stantibus</i>	966
8.5.5. Teses do STJ sobre prisão preventiva (edição 32)	967

8.6. Prisão temporária	968
8.6.1. Prazo	969
8.7. Prisão domiciliar	969
8.8. Liberdade provisória	970

Capítulo 9

PROCESSO CRIMINAL DE CRIMES COMUNS .. 972

9.1. Procedimento ordinário	972
9.2. Procedimento sumário	975
9.3. Procedimento nos crimes funcionais	976

Capítulo 10

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO..... 977

10.1. Habeas corpus	977
10.1.1. Teses do STJ sobre <i>habeas corpus</i> – edição 36	978
10.2. Mandado de segurança	978

DIREITO TRIBUTÁRIO

Pedro Augusto Garcia Alves

Capítulo 1

DIREITO TRIBUTÁRIO 983

Capítulo 2

TRIBUTO 984

2.1. Das espécies tributárias	985
2.1.1. Dos Impostos	985
2.1.2. Taxas	986
2.1.2.1. Taxas de Polícia / Fiscaliza- ção	987
2.1.2.2. Taxas de Serviço	988
2.1.3. Contribuição de Melhoria	989
2.1.4. Empréstimos Compulsórios	990
2.1.5. Contribuições	991
2.1.5.1. Contribuições Profissionais/Corporativas/de in- teresse de categoria Pro- fissional	992
2.1.5.2. Contribuições de Interven- ção no Domínio Econômico	992
2.1.5.3. Contribuições Sociais	992
2.1.5.4. Contribuição para custeio da Iluminação Pública (COSIMP)	992

Capítulo 3

SISTEMA TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL 994

3.1. Principais características da competência tributária	994
--	-----

3.2. Classificação dos tributos – linhas gerais	995
3.2.1. Quanto à Competência	995
3.2.2. Quanto à Vinculação	995
3.2.3. Quanto à Função	995
3.2.4. Quanto ao impacto financeiro	995
3.2.5. Quanto à Seletividade	996
3.2.6. Quanto à Progressividade	996
3.2.7. Quanto à Natureza Jurídica – As Espécies Tributárias	997
3.3. Limitações constitucionais ao poder de tributar	997
3.3.1. Princípios gerais de Direito Tributá- rio	998
3.3.1.1. Princípio da segurança jurídica na tributação	998
3.3.1.2. Isonomia tributária	998
3.3.1.3. Princípio da capacidade contributiva	1000
3.3.1.4. Capacidade de colabora- ção	1000
3.3.1.5. Praticabilidade/praticida- de da tributação	1000
3.3.2. Limitações ao Poder de Tributar	1001
3.3.2.1. Princípio da Legalidade Tributária/ Tipicidade Fe- chada/ Cerrada/ Legalita- riedade	1001
3.3.2.2. Princípio da Irretroativida- de Tributária	1003
3.3.2.3. Anterioridade/Eficácia di- ferida/Protraída/Procrasti- nada	1004
3.3.2.4. Medidas Provisórias e a Anterioridade	1007
3.3.2.5. Quadro comparativo das exceções aos princípios da Legalidade, da anteriori- dade e da Noventena	1007
3.3.3. Vedação ao Confisco/Razoabilidade do Tributo	1008
3.3.4. Princípio da Liberdade de Tráfego de Pessoas ou Bens	1009
3.3.5. Vedações à União	1010
3.3.5.1. Da Uniformidade Geográ- fica da Tributação	1010
3.3.5.2. Da Isonomia dos títulos da Dívida Pública e dos ren- dimentos dos servidores/ Carga Tributária Idêntica/ Limitabilidade da Tributa- ção	1010
3.3.5.3. Vedação à isenção heterô- noma/Heterotópica	1010
3.3.6. Da vedação aos Estados, Distrito Federal e Municípios: a não dis- criminação tributária	1011

3.4. Imunidades	1012
3.4.1. Imunidade Recíproca	1013
3.4.2. Imunidade "Religiosa"	1015
3.4.3. Imunidade relativa ao patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei	1015
3.4.4. Imunidade Cultural	1016
3.4.5. Imunidade Musical	1017

Capítulo 4

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 1018

4.1. Obrigação tributária	1019
4.1.1. Noções Introdutórias	1019
4.1.2. Obrigação Tributária principal e acessória (objeto da obrigação)	1020
4.1.3. Causa da Obrigação Tributária	1020
4.1.4. Sujeito ativo da Obrigação Tributária	1020
4.1.5. Sujeito passivo da Obrigação Tributária	1021
4.1.6. Solidariedade	1021
4.2. Capacidade tributária passiva	1021
4.3. Domicílio tributário	1021
4.4. Fato gerador	1022
4.4.1. Classificações do Fato Gerador	1023
4.5. Responsabilidade	1024
4.5.1. Classificação da Responsabilidade	1024
4.5.2. Hipóteses de Responsabilidade no CTN	1024
4.5.3. Responsabilidade pelas Infrações	1027

Capítulo 5

CRÉDITO TRIBUTÁRIO 1028

5.1. Lançamento tributário	1028
5.1.1. Ultratividade do Lançamento	1028
5.1.2. Imutabilidade do Lançamento	1028
5.1.3. Modalidades de Lançamento	1029
5.2. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	1029
5.2.1. Moratória	1030
5.2.2. Depósito do montante integral	1030
5.2.3. Reclamações e os recursos nos termos das Leis Reguladoras do Processo Tributário Administrativo	1031
5.2.4. Concessão de medida liminar em Mandado de Segurança ou Antecipação de Tutela em outras espécies de ações judiciais	1031

5.2.5. Parcelamento	1031
5.3. Extinção do crédito tributário	1031
5.3.1. Pagamento	1032
5.3.1.1. Formas de Pagamento	1032
5.3.1.2. Imputação ao Pagamento	1032
5.3.2. Consignação do Pagamento	1032
5.3.3. Pagamento Indevido – Repetição do Indébito	1032
5.3.3.1. Prazo para Repetição	1033
5.3.3.2. Repetição de Tributo indireto	1033
5.3.4. Compensação	1034
5.3.5. Transação	1034
5.3.6. Remissão	1034
5.3.7. Decadência	1034
5.3.8. Prescrição	1035
5.3.9. Conversão de Depósito em Renda	1035
5.3.10. Pagamento antecipado e a Homologação do Lançamento	1035
5.3.11. Consignação em Pagamento	1036
5.3.12. Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória	1036
5.3.13. Decisão judicial passada em julgado	1036
5.3.14. Dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei	1036
5.4. Exclusão do crédito tributário	1037
5.4.1. Isenção	1037
5.4.2. Anistia	1038
5.5. Garantias e privilégios do crédito tributário	1038
5.5.1. Garantias do Crédito Tributário	1038
5.5.1.1. Indisponibilidade de Bens	1038
5.5.2. Garantias Indiretas	1039
5.5.3. Privilégio do Crédito Tributário	1039
5.5.4. Concurso de Preferência	1039

Capítulo 6

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 1040

6.1. Fiscalização	1040
6.1.1. Deveres e poderes da autoridade fiscal	1040
6.2. Dívida ativa	1040
6.3. Certidão negativa	1041

Capítulo 7

IMPOSTOS FEDERAIS..... 1042

7.1. Imposto sobre a importação (II) 1042

7.2. Imposto sobre a exportação 1042

7.3. Imposto sobre a renda 1043

7.4. Imposto sobre produto industrializado 1044

7.5. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF) 1045

7.6. Imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) 1045

7.7. Impostos residuais 1046

7.8. Imposto seletivo 1046

7.9. Repartição da receita dos impostos 1047

BIBLIOGRAFIA 1049

SUMÁRIO

TOMO 2 - Jurisprudência

DIREITO CONSTITUCIONAL	15
1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	15
1.1. PRINCÍPIO DA IGUALDADE	15
1.2. LIBERDADE DE EXPRESSÃO	16
1.3. DIREITOS SOCIAIS	20
1.6. CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	26
1.4. DIREITOS POLÍTICOS	26
1.5. EDUCAÇÃO E DESPORTO	27
1.6. CULTURA	35
1.7. OUTROS	36
2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	45
2.1. LEGITIMIDADE	45
2.2. OBJETO DA ADI	46
2.3. ASPECTOS PROCESSUAIS DA ADI	48
2.4. ADPF	51
2.5. <i>AMICUS CURIAE</i>	52
2.6. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO	54
2.7. MODULAÇÃO DE EFEITOS DA DECISÃO	55
3. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS	56
3.1. COMPETÊNCIAS DA UNIÃO	56
3.2. COMPETÊNCIAS ESTADUAIS	67
3.3. COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS	85

4.	PODER LEGISLATIVO	86
4.1.	TEMAS DIVERSOS	86
4.2.	IMUNIDADE PARLAMENTAR	90
4.3.	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO	92
5.	PROCESSO LEGISLATIVO	92
5.1.	MEDIDAS PROVISÓRIAS	92
5.2.	INICIATIVA DE LEI QUE DISPONHA SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	94
5.3.	OUTROS JULGADOS SOBRE INICIATIVA DE LEI	95
5.4.	OUTROS TEMAS	96
6.	PODER EXECUTIVO	99
7.	PODER JUDICIÁRIO	101
7.1.	REGIME JURÍDICO	101
7.2.	ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E ÓRGÃOS	105
7.3.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	109
7.4.	OUTROS TEMAS	111
8.	MINISTÉRIO PÚBLICO	112
8.1.	ATUAÇÃO	112
8.2.	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	114
8.3.	OUTROS TEMAS	115
9.	DEFENSORIA PÚBLICA	122
9.1.	REGIME JURÍDICO E TEMAS INSTITUCIONAIS	122
9.2.	ATUAÇÃO	125
10.	ADVOCACIA PÚBLICA	128
11.	TEMAS DIVERSOS	136
	DIREITO ADMINISTRATIVO	151
1.	PRINCÍPIOS E PODERES ADMINISTRATIVOS	151
1.1.	AUTOTUTELA	151
1.3.	OUTROS PRINCÍPIOS E PODERES	152
1.2.	PODER DE POLÍCIA	154
2.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	158
2.1.	TEMAS DIVERSOS	158
3.	RESPONSABILIDADE CIVIL	167

3.1.	CASOS CONCRETOS	167
3.2.	TESES DO STJ	173
4.	LICITAÇÃO	175
5.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	180
6.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	183
6.1.	DESAPROPRIAÇÃO	183
6.2.	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	191
7.	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	191
9.	SERVIDORES PÚBLICOS	201
9.1.	REGIME JURÍDICO	201
9.2.	REMUNERAÇÃO	203
9.3.	TETO CONSTITUCIONAL REMUNERATÓRIO	213
9.3.	INCONSTITUCIONALIDADE DA ASCENSÃO E TRANSPOSIÇÃO	215
9.4.	ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS	216
9.5.	ALGUNS TEMAS ENVOLVENDO A LEI 8.112/90	217
9.6.	OUTROS TEMAS	221
9.7.	TESES DO STJ	231
10.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	235
10.1.	SUJEITOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	235
10.2.	ELEMENTO SUBJETIVO	236
10.3.	COMPETÊNCIA	238
10.4.	PROCEDIMENTO	238
10.5.	INDISPONIBILIDADE DE BENS	240
10.6.	REDEFINIÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	244
10.7.	PRAZO PRESCRICIONAL	245
10.9.	SANÇÕES	250
10.11.	OUTROS TEMAS DE IMPROBIDADE	252
10.12.	TESES DO STJ	255
11.	TEMAS DIVERSOS	261
11.1.	ATOS ADMINISTRATIVOS	261
11.2.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL (LEI 9.784/99)	262
11.3.	SERVIÇOS PÚBLICOS	263
11.4.	BENS PÚBLICOS	270

DIREITO CIVIL	275
1. DIREITOS DA PERSONALIDADE	275
1.1. NOME	275
1.2. DIREITO À IMAGEM	278
1.3. INTERDIÇÃO	279
1.4. TESES DO STJ	280
2. PESSOAS JURÍDICAS	283
2.1. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	283
2.2. OUTROS TEMAS	286
6. RESPONSABILIDADE CIVIL	289
6.1. NOÇÕES GERAIS	289
6.2. NOÇÕES GERAIS SOBRE DANOS MORAIS	289
6.3. RESPONSABILIDADE CIVIL E INTERNET	294
6.4. RESPONSABILIDADE CIVIL E LIBERDADE DE EXPRESSÃO	304
6.5. RESPONSABILIDADE CIVIL E ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO	305
6.6. OUTROS TEMAS	307
6.7. DPVAT	316
9. DIREITOS REAIS	317
9.1. PROPRIEDADE	317
9.2. CONDOMÍNIO COMUM	318
9.3. CONDOMÍNIO EDILÍCIO	320
9.4. USUCAPIÃO	325
9.5. OUTROS TEMAS	329
10. TÍTULOS DE CRÉDITO	335
10.1. NOÇÕES GERAIS	335
10.2. LETRA DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA	337
10.3. CHEQUE	338
10.4. DUPLICATA	340
10.5. CÉDULAS DE CRÉDITO	342
10.6. PROTESTO	343
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	345
1. PRINCÍPIOS	345
2. COMPETÊNCIA	346

2.1.	JUSTIÇA ESTADUAL	346
2.2.	JUSTIÇA FEDERAL COMUM	349
2.4.	COMPETÊNCIAS ENVOLVENDO O STF	352
2.5.	COMPETÊNCIA TERRITORIAL	354
2.6.	OUTROS TEMAS	356
3.	PROCEDIMENTO	362
3.1.	PETIÇÃO INICIAL	362
3.2.	JUSTIÇA GRATUITA	363
3.3.	CITAÇÃO E INTIMAÇÕES	369
3.4.	RESPOSTA DO RÉU	374
3.5.	DESISTÊNCIA DA AÇÃO	376
3.6.	OUTROS	377
4.	TUTELA ANTECIPADA (TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA)	379
5.	MANDADO DE SEGURANÇA	381
DIREITO EMPRESARIAL		391
1.	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	391
1.1.	MARCA	391
1.2.	OUTROS TEMAS	397
1.3.	TESES DO STJ	401
2.	SOCIEDADES EMPRESÁRIAS	403
2.1.	SOCIEDADE LIMITADA	403
2.2.	SOCIEDADE ANÔNIMA	404
2.3.	OUTROS TEMAS	406
3.	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	408
3.1.	FALÊNCIA	408
3.2.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL	418
3.3.	LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	448
4.	SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO	449
DIREITO INTERNACIONAL		455
1.	EXTRADIÇÃO	455
2.	EXPULSÃO	455
3.	IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO	456
5.	OUTROS TEMAS	457

DIREITO PENAL	461
1. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	461
2. DOSIMETRIA DA PENA	465
2.1. NOÇÕES GERAIS	465
2.2. PRIMEIRA FASE (CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS)	466
2.3. SEGUNDA FASE (AGRAVANTES E ATENUANTES)	472
2.4. PENA DE MULTA	475
3. CONCURSO FORMAL E CRIME CONTINUADO	477
3.1. CONCURSO FORMAL (OU CONCURSO IDEAL)	477
3.2. CRIME CONTINUADO	479
4. EFEITOS DA CONDENAÇÃO E PERDA DO CARGO	481
5. FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL	482
6. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	483
7. PRESCRIÇÃO	484
8. OUTROS TEMAS DA PARTE GERAL	486
9. CRIMES CONTRA A PESSOA	489
10. CRIMES CONTRA A HONRA	492
11. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	498
11.1. FURTO (ART. 155 DO CP)	498
11.2. ROUBO (ART. 157 DO CP)	500
11.3. ESTELIONATO (ART. 171 DO CP)	503
11.4. TEMAS DIVERSOS	505
11.5. TESES DO STJ	506
12. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	510
12.1. NOÇÕES GERAIS	510
12.2. ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A DO CP)	510
12.3. OUTROS CRIMES	517
12.4. TESES DO STJ	520
13. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	522
14. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	524
14.1. CRIMES DIVERSOS	524
14.2. DESCAMINHO (ART. 334)	529

14.3. CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO E CAUSA DE AUMENTO DO ART. 327, § 2º DO CP	530
14.4. TESES DO STJ	531
14.5. CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	534
15. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL E LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS	536
16. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (LEI 7.492/86)	539
17. CRIMES NO ECA	540
18. CRIMES HEDIONDOS (LEI 8.072/90)	541
19. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI 8.137/90)	542
20. LEI DE CRIMES AMBIENTAIS (LEI 9.605/98)	553
21. ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003)	555
22. LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006)	560
DIREITO PROCESSUAL PENAL	581
1. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	581
2. AÇÃO PENAL	595
3. COMPETÊNCIA	598
3.1. COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA FEDERAL X JUSTIÇA ESTADUAL	598
3.2. OUTROS JULGADOS SOBRE COMPETÊNCIA	606
3.3. TESES DO STJ SOBRE COMPETÊNCIA	612
3.4. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	614
4. PRISÃO E LIBERDADE	620
4.1. PRISÃO EM FLAGRANTE	620
4.2. PRISÃO PREVENTIVA	625
4.3. PRISÃO DOMICILIAR DO CPP	632
4.4. OUTROS TEMAS	635
5. PROCEDIMENTO	636
5.1. CITAÇÃO	636
5.2. TEMAS DIVERSOS	637
6. PROVAS	640
6.1. PROVA TESTEMUNHAL E INTERROGATÓRIO	640
6.2. RECONHECIMENTO PESSOAL	645
6.3. SIGILO DE DADOS	648
6.4. BUSCA E APREENSÃO	660

6.5.	TEMAS DIVERSOS	672
6.6.	COLABORAÇÃO PREMIADA	692
7.	INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	702
7.	OUTROS TEMAS	707
7.1.	IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO DO JUIZ OU DO MP	707
7.2.	ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	708
8.	SENTENÇA E OUTRAS DECISÕES	709
8.1.	NOÇÕES GERAIS	709
8.2.	FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS (ART. 387, IV, DO CPP)	710
9.	HABEAS CORPUS, REVISÃO CRIMINAL E RECLAMAÇÃO	713
9.1.	NOÇÕES GERAIS	713
9.2.	SITUAÇÕES EM QUE NÃO SE ADMITIU <i>HABEAS CORPUS</i>	715
9.3.	OUTROS TEMAS	716
9.4.	TESES DO STJ SOBRE HABEAS CORPUS	716
10.	JUIZADOS ESPECIAIS	718
11.	EXECUÇÃO PENAL	720
11.1.	TRABALHO DO PRESO	720
11.2.	REMIÇÃO	721
11.3.	PROGRESSÃO DE REGIME	727
11.4.	EXAME CRIMINOLÓGICO	732
11.5.	PRÁTICA DE FALTA GRAVE	734
11.6.	LIVRAMENTO CONDICIONAL	740
11.7.	SAÍDA TEMPORÁRIA	741
11.8.	TEMAS DIVERSOS	742
11.9.	INDULTO	752
DIREITO PREVIDENCIÁRIO		759
1.	APOSENTADORIA	759
1.1.	NOÇÕES GERAIS	759
1.3.	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E AUXÍLIO-DOENÇA	761
3.	AUXÍLIO-ACIDENTE	763
4.	OUTROS TEMAS	765

DIREITO TRIBUTÁRIO	779
1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS	779
2. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	780
2.1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (OU INTERGOVERNAMENTAL)	780
2.2. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RELIGIOSA	781
2.3. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE ENTIDADES EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS	782
2.4. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE LIVROS	783
2.5. OUTROS JULGADOS SOBRE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	783
3. TAXAS	784
4. TEMAS DIVERSOS	787
4. IMPOSTOS FEDERAIS	797
4.1. IMPOSTO DE RENDA	797
4.2. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	814
4.3. OUTROS TEMAS	816
5. CONTRIBUIÇÕES	819
5.1. COFINS	819
5.2. PIS/COFINS	819
6. DIREITO FINANCEIRO	832

SUMÁRIO

TOMO 3 - Caderno de Questões

Direito Administrativo..... 13

Leandro Bortoleto

1. Regime jurídico administrativo .. 13
2. Organização da administração pública e terceiro setor 13
3. Agentes públicos..... 14
4. Regime jurídico dos servidores públicos civis federais: Lei nº 8.112/90 14
5. Poderes administrativos 15
6. Ato administrativo 16
7. Processo administrativo 17
8. Serviços públicos 19
9. Responsabilidade extracontratual do estado 21
10. Controle da administração pública..... 22
11. Improbidade administrativa 23

DIREITO CONSTITUCIONAL 25

Paulo Lépure

1. Teoria da constituição..... 25
2. Poder constituinte 26
3. Princípios fundamentais da constituição brasileira 27
4. Direitos e garantias fundamentais... 27
 - 4.1. Direitos da nacionalidade.. 28
 - 4.2. Direitos políticos e sistemas eleitorais..... 28
5. Organização do estado 28
 - 5.1. Organização político-administrativa..... 29
 - 5.2. Entes federados e distribuição de competências 29
 - 5.3. Administração pública 30
6. Organização dos poderes..... 30
 - 6.1. Poder legislativo 30
 - 6.1.1. Processo legislativo.... 32

- 6.2. Poder executivo 32

- 6.3. Poder judiciário 33
 - 6.3.1. Conselho nacional de justiça – CNJ..... 34

- 6.4. Funções essenciais à justiça.... 34

7. Controle de constitucionalidade..... 34
8. Segurança pública 35
9. Ordem social..... 37

DIREITO CIVIL 39

Thais Buzato

1. Lei de introdução às normas de direito brasileiro – LINDB..... 39
2. Das pessoas 40
3. Da prescrição e da decadência... 40
4. Direito das obrigações 41
5. Contratos 41
6. Responsabilidade civil 41
7. Direito das coisas 42
8. Direito das famílias..... 42
9. Direito das sucessões 44

DIREITO PROCESSUAL CIVIL 45

Luciano Alves Rossato

1. Normas fundamentais do processo civil 45
2. Função jurisdicional 46
3. Atos processuais..... 47
4. Tutela provisória..... 47
5. Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença..... 47
6. Direitos difusos 48
7. Dos juizados especiais 48

DIREITO EMPRESARIAL 51

Daniel Trindade

1. Do empresário..... 51

2.	Da sociedade	52
2.1.	Aspectos gerais	52
2.2.	Sociedades não personifica- das	52
2.3.	Sociedade limitada	53
2.4.	Reorganização societária....	54
2.5.	Microempresa e empresa de pequeno porte	54

DIREITO PENAL..... 57

Rogério Sanches

1.	Princípios	57
2.	Fontes do direito penal.....	58
3.	Classificação doutrinária de cri- mes	58
4.	Teoria geral da norma penal	59
5.	Lei penal no tempo	59
6.	Lei penal no espaço	60
7.	Eficácia da lei penal em relação às pessoas	61
8.	Teoria geral do delito.....	61
9.	Illicitude.....	62
10.	Culpabilidade.....	62
11.	Consumação e tentativa	64
12.	Desistência voluntária e arrependi- mento eficaz	67
13.	Arrependimento posterior	68
14.	Crime impossível	69
15.	Dolo, culpa e erro de tipo	70
16.	Concurso de pessoas.....	71
17.	Penas	74
18.	Concurso de crimes	76
19.	Suspensão condicional da pena..	77
20.	Efeitos da condenação	77
21.	Medidas de segurança.....	78
22.	Extinção da punibilidade.....	79
23.	Homicídio	84
24.	Lesão corporal.....	85
25.	Crimes contra a honra.....	85
26.	Sequestro e cárcere privado	86
27.	Invasão de dispositivo informático....	87
28.	Furto	88
29.	Roubo.....	92
30.	Extorsão	92
31.	Extorsão mediante sequestro	93
32.	Dano.....	93
33.	Apropriação indébita.....	93

34.	Apropriação indébita previdenciá- ria	94
35.	Estelionato	94
36.	Receptação	96
37.	Violação de direito autoral	96
38.	Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo....	96
39.	Estupro	97
40.	Assédio sexual.....	98
41.	Estupro de vulnerável	99
42.	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração se- xual de criança ou adolescente ou de vulnerável	100
43.	Casa de prostituição	101
44.	Bigamia	101
45.	Explosão.....	102
46.	Associação criminosa	102
47.	Constituição de milícia privada ...	102
48.	Moeda falsa e petrechos para a falsificação de moedas	103
49.	Falsificação de documento públi- co	104
50.	Falsidade ideológica	105
51.	Falsidade de atestado médico	106
52.	Falsa identidade.....	106
53.	Fraudes em certames de interesse público.....	107
54.	Peculato.....	108
55.	Peculato mediante erro de ou- trem.....	108
56.	Peculato eletrônico.....	109
57.	Concussão e excesso de exação	109
58.	Corrupção passiva	111
59.	Advocacia administrativa.....	112
60.	Resistência.....	112
61.	Desobediência.....	112
62.	Desacato	114
63.	Tráfico de influência	115
64.	Corrupção ativa	116
65.	Autoacusação falsa.....	116
66.	Falso testemunho	117
67.	Fraude processual.....	118
68.	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório.....	118

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL..... 121

Ricardo Ferracini

1.	Estatuto do desarmamento (Lei 10.826/03)	121
----	---	-----

2.	Lei da lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98)	121
3.	Lei do tráfico ilícito de drogas (Lei 11.343/06)	122
4.	Crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90)	123
5.	Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei 7.492/86)	124
6.	Lei de execução penal (Lei 7.210/84)	125

DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 127

Ricardo Silveira

1.	Do inquérito policial.....	129
2.	Da ação penal.....	136
3.	Da competência	136

4.	Das questões e processos incidentes.....	141
5.	Das provas	143
6.	Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória	148

DIREITO TRIBUTÁRIO..... 151

Alan Martins

1.	Tributo e suas espécies	151
2.	Limitações ao poder de tributar	151
3.	Competência tributária e repartição de receitas tributárias.....	152
4.	Legislação tributária	153
5.	Obrigação tributária	154
6.	Administração tributária: fiscalização tributária, dívida ativa e certidões	155